



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

07/02/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER.....	1 - 2
1.2. SEMANA DE CONCILIAÇÃO.....	3
1.3. VARAS ESPECIAIS.....	4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. JULGAMENTOS.....	5
2.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	6 - 7
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AVISO.....	8
3.2. COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER.....	9
3.3. INFORMATIVO.....	10 - 12
3.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	13
3.5. SISTEMA CARCERÁRIO.....	14 - 15
4. JORNAL EXTRA	
4.1. VARAS ESPECIAIS.....	16
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. COMEÇAR DE NOVO.....	17
5.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	18 - 19
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CARTÓRIOS.....	20 - 22
6.2. COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER.....	23
6.3. CÂMARA CÍVEL.....	24
6.4. DESEMBARGADORES.....	25 - 26
6.5. PRESIDENTE.....	27
6.6. SISTEMA CARCERÁRIO.....	28 - 29
6.7. VARAS ESPECIAIS.....	30

07/02/2012 - JORNAL A TARDE

1º CADERNO - JUSTIÇA - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 6 (3 x 2 col)

JUDICIÁRIO REALIZA CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CARNAVAL

JUSTIÇA**Pág. 9**

Judiciário realiza campanha de combate à violência contra a mulher no carnaval

Judiciário realiza campanha de combate à violência contra a mulher no carnaval

O combate à violência contra a mulher é alvo de campanha do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) no carnaval de 2012. Com o tema "Leve a alegria do carnaval para sua casa. Diga não a violência", a iniciativa tem o objetivo de prevenir o aumento da violência contra a mulher no período carnavalesco, que tem como um dos fatores agravantes o consumo de bebida alcoólica.

A coordenação da campanha está a cargo da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA. O órgão é presidido pela desembargadora Nelma Sarney e composto pelos juizes Nelson Melo de Moraes Rego, Sara Gama e Mirrela Freitas.

Para sensibilizar a população quanto à importância de um carnaval saudável e sem violência contra a mulher estão sendo utilizadas

Foto/Divulgação



► Campanha do TJMA de combate à violência contra a mulher

várias peças publicitárias no desenvolvimento da campanha - outdoor, cartazes e anúncios em jornais - além de propa-

gandas em ônibus (backbus, busdoor).

A distribuição do material levou em consideração dados da De-

legacia da Mulher, que divulgou as áreas com maior incidência desse tipo de violência - Centro, Itaqui-Bacanga, Coroadinho, São Francisco e Bairro de Fátima, entre outros.

A partir dessas informações, nos locais de concentração das brincadeiras momecas acontecerá uma maior divulgação da campanha. As comarcas também receberão os informativos.

Órgão Permanente - A composição da Coordenadoria aconteceu por meio da Portaria nº 6949/2011, assinada no dia 26 de dezembro de 2011, pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Junior. É um órgão permanente da Assessoria da Presidência do Tribunal, e segue ainda orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para realização da VI Jornada da Lei Maria da Penha, no mês de março.

Matinha divulga resultados da Semana de Conciliação

Cento e cinquenta e sete audiências realizadas e 121 sentenças proferidas: este foi o resultado da Semana Especial de Conciliação, que aconteceu em Matinha, a 242 quilômetros de São Luís. Os trabalhos foram coordenados pelo juiz Duarte Henrique Ribeiro de Souza, titular da Comarca. As atividades aconteceram no período de 30 de janeiro a 3 de fevereiro.

De acordo com informações da Secretaria Judicial do

Fórum de Matinha, as ações que integraram a agenda são de natureza cível, criminal, e também oriundas do Juizado Especial. "Foi um resultado bastante positivo. O movimento de conciliar é muito importante e um dos principais objetivos da justiça nos dias de hoje", observou Duarte Henrique.

A Semana mobilizou toda a Comarca, além dos servidores do Judiciário, envolveu os membros do Ministério Público e advo-

gados. "Os advogados e o Ministério Público são elementos fundamentais em iniciativas como essa", salientou o magistrado.

De acordo com o advogado Manoel Raimundo Ferreira Costa "a Semana de Conciliação foi muito boa para a Comarca em razão dos resultados positivos, haja vista a quantidade positiva de acordos alcançados durante a semana". Os jurisdicionados e os advogados aprovaram a inicia-

tiva, tanto que já se manifestaram no sentido de que haja uma nova Semana de Conciliação.

Ainda segundo informações da comarca, ao final dos trabalhos houve a entrega de 63 cestas básicas à população carente do município. "É gratificante ver a satisfação dessas comunidades beneficiadas", destacou Duarte Henrique. Os alimentos foram arrecadados através das chamadas transações penais.

Mutirão é realizado na 4ª Vara da Família em São Luís

Um mutirão está sendo realizado até a sexta-feira (10), na 4ª Vara da Família de São Luís, no Fórum Des. Sarney Costa. A juíza Andréa Perlmutter Lago, com ajuda dos servidores, pretende realizar 100 audiências durante a semana.

"Nosso objetivo é diminuir o volume de processo na Vara, que é bastante alto. Temos, atualmente, mais de 900 processos. E a média de distribuição mensal é de 100", comenta a juíza Andréa Lago. Segundo ela, com as audiências do mutirão e as da movimentação normal, mensalmente, o número de processos já está baixando.

Desde que assumiu a Vara, em março de 2010, a juíza já conseguiu reduzir quase 50% do acervo, marca que ela quer alcançar no fim deste mês.

"Eram 1.200 processos quando cheguei. Com o mutirão desta semana, chegaremos a 800 processos, a metade", revela a juíza Andréa Lago.

Os mutirões dos próximos meses já estão sendo planejados pelos servidores e pela magistrada.

Central de Relacionamento com o Cidadão

O que é a Central de Relacionamento como Cidadão (CRC)?

É um canal de comunicação e de aproximação da Defensoria Pública do Estado com a comunidade, que surge da necessidade de modernização e aprimoramento da estrutura orgânica da Instituição, considerando a crescente demanda pelos serviços prestados, especialmente no âmbito da orientação jurídica. Sob a coordenação de um defensor pú-

blico, a CRC lança uma nova modalidade de atendimento, que elimina distâncias, reduz o tempo de espera e agiliza resultados.

Objetivos da CRC

Fornecer atendimento gratuito, por intermédio de uma central telefônica, através do número 129 e do e-mail institucional crc@dpe.ma.gov.br;

Oferecer pré-atendimento aos cidadãos que buscam os serviços da Defensoria;

Proceder à triagem das causas que não fazem parte das atribuições institucionais, encaminhando-as, conforme o caso, ao órgão ou instituição competente;

Prestar informações sobre endereços, telefones e horários de atendimento dos núcleos e unidades de atuação da Defensoria Pública do Estado do Maranhão;

Informar sobre os processos em andamento, através dos dados disponibilizados no SAGAP (Sistema Online de Atendimento, Geração e acompanhamento processual) e SIAPD (Sistema de Acompanhamento de Presos Provisórios e Definitivos), bem como no sistema de informação do TJ/MA;

Analisar as sugestões e os dados estatísticos gerados pela Central de Relacionamento com o objetivo de propor mudanças voltadas ao aperfeiçoamento da prestação dos serviços oferecidos.

Horário de funcionamento

A CRC funciona de segunda à sexta-feira, das 9 às 17 horas, nos dias de expediente regular.

Coordenação: Defensora Pública - Adia Kristianne Ataíde Vilar Ataíde

Email: crc@dpe.ma.gov.br

TRÊS CORONÉIS DA PM FORAM PARA A RESERVA REMUNERADA

De acordo com decisão do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, a Secretaria Adjunta de Seguridade dos Servidores Públicos Estaduais, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu para a reserva remunerada três coronéis da Polícia Militar que vinham tentando permanecer na ativa, embora com tempos determinados por lei para deixarem a instituição. Os coronéis Roberto Uchoa Lima, Edmilson da Silva Saldanha e Adécio Luis Vieira, de acordo com o Diário Oficial do último dia 23 de janeiro passaram para a reserva remunerada com proventos integrais de 10 mil e 400 reais cada um. Todos ainda receberão vantagem de caráter pessoal de R\$ 387,65, sendo que os dois últimos também terão direito a mais R\$ 1.244,59 como vantagem de indenização de representação de função.

REGIONALIZAÇÃO

TAC PREVÊ TRANSFERÊNCIA DE 600 PRESOS DE SÃO LUÍS PARA O INTERIOR



Cerca de 600 presos provisórios serão transferidos para o interior do Estado

A transferência de 600 presos provisórios do Complexo Penitenciário de Pedrinhas para o interior do Estado, até dezembro vindouro, é um dos compromissos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado ontem na Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária. No ato de assinatura, que contou com a presença do juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais, Douglas Melo Martins, do defensor público Alberto Pessoa Bastos, e do promotor de Justiça, Marco Aurélio Ramos Fonseca - o Secretário Sérgio Tamer anunciou que serão concluídas, ainda neste mês, três unidades prisionais nos municípios de Bacabal, Santa Inês e Davinópolis. **PÁGINA 3**

TAC prevê a transferência de 600 presos de São Luís para o interior do Estado

A transferência de 600 presos provisórios do Complexo Penitenciário de Pedrinhas para o interior do Estado, até dezembro deste ano, é um dos compromissos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado ontem (6), na Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEJA).

A assinatura do TAC foi decidida na semana passada, após entendimento entre o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sergio Tamer, e o coordenador nacional do Sistema Coechar de Novo e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça, desembargador Fróz Sobrinho, que pediu uma solução urgente para o problema de superlotação e insalubridade em várias unidades prisionais.

Hoje, 62% dos presos no Estado são provisórios, o que contribui para a superlotação das unidades prisionais em São Luís.

NO ATO DE ASSINATURA - que contou com a presença do juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais, Douglas Melo Martins, do defensor público Alberto Pessoa Bastos, e do promotor de Justiça, Marco Aurélio Ramos Fonseca - o secretário Sergio Tamer anunciou que serão concluídas, ainda neste mês, três unidades prisionais nos municípios de Santa Inês, Davinópolis e Bacabal.

Outras quatro unidades serão entregues até dezembro de 2012, possibilitando a transferência do detento para a comarca onde o processo

judicial se originou. O objetivo é fazer com que o preso cumpra a sua pena perto da família, acabando com a superlotação de unidades prisionais na capital.

"É o TAC que está ajustado à nossa política de regionalizar o sistema. Precisamos fazer com que o preso do interior cumpra sua pena no local de origem", explicou Tamer.

Outra medida a ser adotada com a assinatura do TAC é a disponibilização - no prazo de 60 dias - de um estabelecimento prisional na capital para pessoas submetidas às sanções previstas na Lei Maria da Penha. O Termo prevê também a melhoria nas instalações físicas, assistência médica, cadastro atualizado dos presos - provisórios ou sentenciados.

De acordo com juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais, Douglas Melo Martins, com o compromisso assumido pela SEJAP de criar vagas no interior do Estado para a transferência de 600 presos não há mais motivo para manter a liminar que determinou a interdição parcial do Centro de Detenção Provisória (CDP) e da Central de Custódia de Presos da Justiça de Pedrinhas (CCPJ) e a interdição total do Centro de Triagem Pedrinhas.

A SEJAP se comprometeu também em promover reformas e criar sistema eletrônico para que as informações possam fluir normalmente. Os prazos para o cumprimento do TAC pela Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária variam de 30 dias a 12 meses.

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2012
Processo n.º. 25.165/2011**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º.24.628/08, Resolução n.º. 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE**, para **Aquisição de bens permanentes**, no dia **27/02/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua do Egito, 144, Centro, CEP 65.010-190, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 02 de fevereiro de 2012.

JOANNE DIAS CUNHA
Pregoeira TJ/MA

O COMBATE à violência contra a mulher é alvo de campanha do Tribunal de Justiça do Maranhão no Carnaval deste ano. Com o tema "Leve a alegria do Carnaval para sua casa. Diga não a violência", a iniciativa tem o objetivo de prevenir o aumento da violência contra a mulher no período carnavalesco, que tem como um dos fatores agravantes o consumo de bebida alcoólica.

NO ASSUNTO: a coordenação da campanha está a cargo da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA, presidida pela desembargadora Nelma Sarney e composto pelos juízes Nelson Melo de Moraes Rego, Sara Gama e Mirella Freitas.

Roseana veta 18 projetos aprovados pela Assembleia

No Diário da Assembleia de ontem, governadora fez restrições totais ou parciais a proposições do Judiciário e do Executivo. **Política 3**

Roseana apresenta veto total ou parcial a 18 projetos aprovados na Assembleia

Também na edição de ontem do Diário da Assembleia foi publicada a MP que concede reajuste aos servidores do grupo Atividades de Apoio Administrativo

Marco Aurélio D'Eça
Da Editoria de Política

A edição de ontem do Diário da Assembleia trouxe 18 vetos da governadora Roseana Sarney (PMDB) a projetos aprovados no Legislativo estadual. São 12 vetos totais e seis parciais. Entre os projetos vetados pela governadora estão, inclusive, proposições de autoria do Judiciário e do próprio Executivo, aos quais ela fez restrições parciais. Todos os projetos vetados serão agora analisados em plenário da Casa e podem ou não ser confirmados.

Também na edição de ontem, o Diário da Assembleia trouxe a Medida Provisória nº 116, que concede reajuste aos servidores do grupo ocupacional Atividades de Apoio Administrativo (ADO). A MP, que já está em vigor, foi editada pela governadora em 24 de janeiro. A Assembleia Legislativa tem 60 dias para votar a proposta.

Entre os deputados com projetos vetados pelo governo os campeões foram Neto Evange-

lista (PSDB) e Marcos Caldas (PMN), cada um com duas leis rejeitadas. No caso de Marcos Caldas, foram vetados o PL 042/2011, que obriga os condutores de motocicletas a identificações dos seus nomes nos capacetes, e o PL 010/2011, que dispensava da taxa de estacionamento os clientes que efetuassem compras no valor referente a 20 vezes o valor da taxa.

"Apesar de reconhecer-se o impacto benéfico da implantação do referido projeto, a sua sanção apresenta-se comprometida, uma vez que trata de direito de propriedade, assunto pertinente ao Direito Civil, cuja competência legislativa é da União", justificou a gover-

nadora.

Neto Evangelista teve vetados totalmente o projeto que obriga a polícia a iniciar imediatamente a investigação nos casos de pessoas desaparecidas e o que proíbe a formação de cadastro de reservas nos concursos públicos estaduais. No primeiro caso, o governo justificou tratar-se de "questão referente ao Código Penal, sendo de competência da União". No segundo caso, o governo explicou tratar-se de iniciativa privativa do Poder Executivo as questões referentes a servidores públicos.

Presente à sessão de ontem, Neto Evangelista disse que iria estudar melhor a justificativa do governo estadual, mas pretende tra-



Os vetos de Roseana Sarney serão analisados em plenário e podem ou não ser confirmados na AL

Os projetos vetados

AUTOR	ASSUNTO	TIPO DE VETO
Executivo	Lei orçamentária	Parcial
Judiciário	Cria cargos no Judiciário	Parcial
Carlinhos Amorim	Proíbe mensagem indesejada em celular	Total
Jota Pinto	Cria a semana Estadual da Família	Parcial
Fca. Primo	Cria o Dia Estadual da Cardiopatia	Parcial
Bira do Pindaré	Dia Estadual dos Catadores de Lixo	Parcial
Neto Evangelista	Veda cadastro de reserva em concurso	Total
Valéria Macêdo	Obriga divulgação do consumo de energia	Total
Neto Evangelista	Dispõe sobre investigação de desaparecidos	Total
Marcos Caldas	Impõe nome do piloto de moto nos capacetes	Total
Marcos Caldas	Regulamenta estacionamentos privados	Total
André Fufuca	Obriga geradores de energia em hospitais	Parcial
Zé Carlos da Caixa	Isentos de taxa os concursos públicos estaduais	Total
Bira do Pindaré	Veda contratos com empresa que use criança	Total
Eliziane Gama	Cria o Dia de Combate aos Despejos Forçados	Total
Edilázio Júnior	Institui desconto no IPVA a não infratores	Total
Stênio Resende	Obriga a instalação de vigilância eletrônica em escola	Total
Não informado	Regulamenta acesso aos banheiros da rodoviária	Total

balhar pela derrubada do veto em plenário. "Vou ver os argumentos do governo, mas, a princípio, nada justifica o veto a projetos como estes", declarou.

Roseana Sarney vetou parcialmente até mesmo a Lei Orçamentária aprovada na Casa em dezembro passado. Neste caso, ela considerou equivocada a apresentação de uma emenda do deputado Carlos Alberto Milho-

mem (PSD), que destinou recursos da reserva de contingência para a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Já o veto parcial ao projeto do Judiciário ocorreu em dois artigos, que previam a criação de cargos no Poder Judiciário. Segundo o governo, tal projeto não consta da Lei Orçamentária para 2012. "Em tese, não estaria o orçamento do Estado -

para o exercício de 2012 - preparado para absorver o impacto orçamentário-financeiro inerente à criação de cargos", justificou a mensagem governamental.

A partir da publicação, os deputados começarão agora a analisar cada um dos vetos, primeiro na Comissão de Constituição e Justiça e, depois, no plenário da Assembleia.

Rápidas

O Juizado
Especial Cível
e Criminal de
Bacabal está
recebendo
reclamações
judiciais apenas
das 8h às 12h.

600 presos vão ser transferidos para o interior

Polícia 6

600 presos serão transferidos para o interior

Termo de Ajustamento de Conduta foi assinado na Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária

A transferência de 600 presos provisórios do Complexo Penitenciário de Pedrinhas para o interior do estado, até dezembro deste ano, é um dos compromissos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado ontem, na Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

A assinatura do TAC foi decidida na semana passada, após entendimento entre o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, e o coordenador nacional do Sistema Começar de Novo e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça, desembargador Fróz Sobrinho, que pediu uma solução urgente para o problema de superlotação e insalubridade em várias unidades prisionais.

No ato de assinatura – que contou com a presença do juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais, Douglas Melo Martins, do defensor público Alberto Pessoa Bastos e do promotor de Justiça Marco Aurélio Ramos Fonseca –,

o secretário Sérgio Tamer anunciou que serão concluídas, ainda este mês, três unidades prisionais nos municípios de Santa Inês, Davinópolis e Bacabal. Outras quatro unidades serão entregues até dezembro de 2012, possibilitando a transferência do detento para a comarca onde o processo judicial se originou. O objetivo é fazer com que o preso cumpra a sua pena perto da família, acabando com a superlotação de unidades prisionais na capital.

“É o TAC que está ajustado à nossa política de regionalizar o sistema. Precisamos fazer com que o preso do interior cumpra sua pena no local de origem”, explicou Tamer.

Atualização de cadastro - Outra medida a ser adotada com a assinatura do TAC é a disponibilização – no prazo de 60 dias – de um estabelecimento prisional na capital para pessoas submetidas às sanções previstas na Lei Maria da Penha. O Termo prevê também a melhoria nas instalações físicas, assistência médica, cadas-

tro atualizado dos presos – provisórios ou sentenciados.

De acordo com o juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais, Douglas Melo Martins, com o compromisso assumido pela Sejap de criar vagas no interior do Estado para a transferência de 600 presos, não há mais motivo para manter a liminar que determinou a interdição parcial do Centro de Detenção Provisória (CDP) e da Central de Custódia de Presos da Justiça de Pedrinhas (CCPJ) e a interdição total do Centro de Triagem de Pedrinhas.

Mutirão é realizado na 4ª Vara da Família em São Luís

Um mutirão começou nesta segunda-feira (6) e vai até a sexta-feira (10), na 4ª Vara da Família de São Luís, no Fórum Des. Sarney Costa. A juíza Andréa Perlmutter Lago, com ajuda dos servidores, pretende realizar 100 audiências durante a semana.

"Nosso objetivo é diminuir o volume de processo na Vara, que é bastante alto. Temos, atualmente, mais de 900 processos. E a média de distribuição mensal é de 100", comenta a juíza Andréa Lago. Segundo ela, com as audiências do mutirão e as da movimenta-

ção normal, mensalmente, o número de processos já está baixando.

Desde que assumiu a Vara, em março de 2010, a juíza já conseguiu reduzir quase 50% do acervo, marca que ela quer alcançar nos próximos meses. "Eram 1.200 processos quando cheguei. Com o mutirão desta semana, chegaremos a 800 processos. Nossa meta é chegar a 600", revela a juíza Andréa Lago.

Os mutirões dos próximos meses já estão sendo planejados pelos servidores e pela magistrada.

✓ INTERNOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

A partir de um termo de parceria entre a Secretaria de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), Defensoria Pública Estadual (DPE), Tribunal de Justiça (TJ) e Construtora Lua Nova, 60 internos do sistema prisional maranhense garantiram empregos na área da construção civil na capital. A iniciativa vai beneficiar internos do regime semiaberto e aberto, além de garantir o direito de remissão de pena, pois, a cada três dias de trabalho um dia é diminuído na sentença do apenado de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP).

 POLÍCIA

SEISCENTOS PRESOS
DEVEM SER TRANSFERIDOS
DO COMPLEXO DE PEDRINHAS
URBANO 5

■ CÂRCERE

TAC prevê a transferência de 600 presos de SL

A transferência de 600 presos provisórios do Complexo Penitenciário de Pedrinhas para o interior do estado até dezembro deste ano é um dos compromissos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado ontem na Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Seja).

A assinatura do TAC foi decidida na semana passada, após entendimento entre o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, e o coordenador nacional do Sistema Começar de Novo e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça, desembargador Fróz Sobrinho, que pediu uma solução urgente para o problema de superlotação e insalubridade em várias unidades prisionais.

Hoje, 62% dos presos no Estado são provisórios, o que contribui para a superlotação das unidades prisionais em São Luís.

No ato de assinatura - que contou com a presença do juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais, Douglas Melo Martins, do defensor público Alberto Pessoa Bastos, e do promotor de Justiça, Marco Aurélio Ramos Fonseca - o secretário Sérgio Tamer anunciou que serão concluídas, ainda neste mês, três unidades prisionais nos municípios de Santa Inês, Davinópolis e Bacabal.

Outras quatro unidades serão entregues até dezembro de 2012, possibilitando a transferência do detento para a comarca onde o processo judicial se originou. O objetivo é fazer com que o preso cumpra a sua pena perto da família, acabando com a superlotação de unidades prisionais na capital.

"É o TAC que está ajustado à nossa política de regionalizar o sistema. Precisamos fazer com que o preso do interior cumpra sua pena no local de origem", explicou Tamer.

De acordo com juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais, Douglas Melo Martins, com o compromisso assumido pelo Governo de criar vagas no interior do Estado para a transferência de 600 presos, promover reformas e criar

sistema eletrônico para que as informações possam fluir normalmente, não há motivo para manter a medida liminar, que determinou a interdição parcial do Centro de Detenção Provisória (CDP) e da Central de Custódia de Presos da Justiça de Pedrinhas (CCPJ) e a interdição total do Centro de Triagem Pedrinhas.

Outra medida a ser adotada com a assinatura do TAC é a disponibilização - no prazo de 60 dias - de um estabelecimento prisional na capital para pessoas submetidas às sanções previstas na Lei Maria da Penha. O Termo prevê também a melhoria nas instalações físicas, assistência médica, cadastro atualizado dos presos - provisórios ou sentenciados.

Os prazos para o cumprimento do TAC pela Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária variam de 30 dias a 12 meses.

62%

dos presos maranhenses são provisórios

Quanto tempo se leva para se fazer Justiça?

POR REGINALDO RODRIGUES*

Um dos fatores que menos se leva em conta quando julgamos qualquer fato, pessoa, é o tempo. Às vezes a justiça vem a jato, mas quase sempre vem a passos de cágado. O tempo costuma ser benevolente com quem sabe esperar, e implacável com quem desconsidera alguns aspectos éticos da vida.

Falo isto, porque no ano de 2008, por determinação da Justiça, foi feito concurso para os cartórios que não tinham mais seu tabelião titular no cargo, ou seja, os cartórios que os titulares, por motivo de aposentadoria ou morte, tivesse saído de sua serventia e o tabelião substituto tivesse assumido em seu lugar, teria que ceder para os novos concursados.

E assim se fez, no Cartório do 3º Ofício de Notas de São Luís, que até então tinha o Dr. José Maria Pinheiro Meireles, como Tabelião em substituição ao Dr. Eloy Coelho Neto, falecido no ano de 2005, no qual Dr. José Maria, era seu tabelião substituto, e assim assumiu a titularidade do aludido Cartório por 12 anos, exercendo seu ofício com boa fé, dedicação e respeito às instituições e às pessoas acima de tudo.

Mas no dia 10/01/2010 a sociedade maranhense foi bombardeada com notícia mostrada em um canal de televisão, que também veiculou a matéria em rede nacional, mostrando para todo o Brasil de maneira depreciativa, a atitude de um homem justo, mas num "recorte" de uma fala sua, dita em outro contexto, mas, naquele momento era mostrado como insano, apegado a uma instituição que não

mais lhe pertencia por direito: O 3º Ofício de Notas de São Luís.

E, assim, se travou um embate, em que o "novo" tabelião, concursado, profissional, oriundo, sabe-se lá de onde, mas que já tinha a titularidade de outro Cartório em Samambaia/Brasília, agora assumia o 3º Ofício da capital maranhense e depois de São Luís, assumiu também a titularidade do Cartório na cidade de Criciúma/SC.

Até aí tudo bem, foi aprovado e era direito seu assumir e o Dr. José Maria já estava pronto a conversar, mostrar como era o desenrolar do Cartório e seus entraves, ou melhor, entregar o que era de Direito ao "novo" titular do até então Cartório Eloy Coelho, mas a boa fé do Dr. José Maria foi surpreendida, quando o "novo" tabelião lhe bate a porta com uma intimação judicial para que entregasse tudo que tinha no Cartório, (porteira fechada), ou seja, não houve um contato prévio e nem uma forma de diálogo entre o tabelião que chegava com o que saía.

Com uma arrogância e prepotência jamais vista, o "novo" tabelião exigia tudo que tinha no prédio, até mesmo o que não pertencia a serventia, como coisas pessoais do tabelião que saía, e em especial o arquivo digitalizado, fruto de anos de serviço e pesquisa, que igualava o 3º Ofício de São Luís, aos cartórios do centro sul do país. Assim, se sentindo usurpado em seus Direitos, Dr. José Maria, pronunciou a frase: "Só entrego se passarem por cima do meu cadáver", frase esta, dita num contexto da não entrega dos arquivos pessoais, o que provocou

todo "espetáculo midiático", mostrado em canais de TV, jornais e outros, quando na verdade, a verdade não era a mostrada, como num recorte, numa frase dita em outra situação.

Os dias se passaram, o 3º Ofício mudou de endereço, o "novo" tabelião, como já previsto, assumiu e em seu lugar deixou um laranja, que não conseguiu levar o bom nome do Cartório em frente, fruto de anos de trabalho, tanto do Dr. José Maria, como dos outros tabeliães que o antecederam.

Ao assumir da maneira que assumiu o "novo" se portou como uma pessoa que tem o espírito da maldade, ou que é tão inconsequente que nem sabe bem o que faz ou o quanto prejudica os outros, esta pessoa, mais cedo ou mais tarde, acaba se perdendo sozinha, dando em nada, se rastejando sobre sua própria miséria moral. E assim aconteceu num espaço tão curto de tempo.

Durante os dois anos de ausência do 3º Ofício Dr. José Maria, a convite do Dr. Celso Coutinho, respondia pelo Cartório do 2º Ofício de São Luís. Com todos os adjetivos já descritos acima, atraindo novos clientes com serviços sérios, além de atrair seus antigos clientes, o que deu uma nova dinâmica ao Cartório Celso Coutinho.

Mas como diz o Salmos 37:25: "Fui moço, e agora sou velho; mas nunca vi desamparado o justo, nem a sua semente a mendigar o pão". Assim se fez. No dia 25/01/2012, Dr. José Maria Pinheiro Meireles, foi surpreendido por uma decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão,

que lhe restituía a titularidade do Cartório do 3º Ofício de Notas de São Luís, o que de pronto reassumiu. Mas e o "novo" tabelião que assumiu com toda pompa e mídia? Bem, esse senhor, foi destituído de sua função, por abandono da mesma, também o tabelião substituto perdeu sua função por suspeita de envolvimento em crimes que não fica bem para um homem de sua envergadura.

Neste caso, a justiça se fez. Mesmo aviltado em seus Direitos, abandonado por alguns "amigos" e colaboradores de anos, Dr. José Maria, conviveu dois longos anos, na certeza que mesmo sendo um operário da Justiça, quando ele mais precisou da mesma ela lhe virou as costas. Mas, o sono do justo é sempre tranquilo, não tardou muito e a justiça que há dois anos lhe tirava anos de serventia, agora lhe restitui seu tabelionato.

O mundo só é injusto se você olhá-lo como uma fotografia. Se você olhá-lo como uma sequência de fatos verá que, se ele não se torna completamente justo, porque isso envolve os aspectos insondáveis da existência, certamente verá que muita coisa "se ajusta" por si só. Basta saber esperar. Neste caso, nada mais justo que a "imprensa" que pilhou Dr. José Maria, viesse e mostrasse como de fato as coisas aconteceram. Mostrando a Portaria nº 153/2012, da CGJ, que designou Dr. José Maria Pinheiro Meireles, substituto do 2º Tabelionato de Notas de São Luís, ficará respondendo pelo 3º Ofício de Notas da Capital, no qual nunca devia ter saído.

**Jornalista e turismólogo.*

■ Regulando

O deputado Rubéns Júnior (PCdoB), cansado das enormes filas e do tempo de espera nos cartórios, apresentou ontem projeto de lei regulamentando o tempo máximo de 20 minutos de espera para que o cliente seja atendido.

A fiscalização será feita pela Corregedoria Geral de Justiça e, quem descumprir, poderá ser multado em R\$ 3 mil. É bom lembrar que os bancos são obrigados a atender o cliente em 30 minutos, mas simplesmente ignoram a lei.

Judiciário realiza campanha de combate à violência contra a mulher no carnaval

O combate à violência contra a mulher é alvo de campanha do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) no carnaval de 2012. Com o tema "Leve a alegria do carnaval para sua casa. Diga não a violência", a iniciativa tem o objetivo de prevenir o aumento da violência contra a mulher no período carnavalesco, que tem como um dos fatores agravantes o consumo de bebida alcoólica.

A coordenação da campanha está a cargo da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA. O órgão é presidido pela desembargadora Nelma Sarney e composto pelos juízes Nelson Melo de Moraes Rego, Sara Gama e Mirella Freitas.

Para sensibilizar a população quanto à importância de um carnaval saudável e sem violência contra a mulher estão sendo utilizadas

várias peças publicitárias no desenvolvimento da campanha – outdoor, cartazes e anúncios em jornais – além de propagandas em ônibus (backbus, busdoor).

A distribuição do material levou em consideração dados da Delegacia da Mulher, que divulgou as áreas com maior incidência desse tipo de violência – Centro, Itaqui-Bacanga, Coroadinho, São Francisco e Bairro de Fátima, entre outros.

A partir dessas informações, nos locais de concentração das brincadeiras momecas acontecerá uma maior divulgação da campanha. As comarcas também receberão os informativos.

Órgão Permanente – A composição da Coordenadoria aconteceu por meio da Portaria nº 6949/2011, assinada no dia 26 de dezembro de 2011, pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. É um órgão permanente da Assessoria da Presidência do Tribunal, e segue ainda orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para realização da VI Jornada da Lei Maria da Penha, no mês de março.

Advogada Núbia Dutra esclarece defesa em favor do Vinhais Velho

“A injustiça que estava em vias de ocorrer era tão grande; as comunidades estavam em vias de serem dizimadas; totalmente demolidas e eles nos pediram socorro e nós fomos então pra lá auxiliar”. Este foi o principal esclarecimento dado pela advogada Núbia Dutra ao ser questionada sobre os motivos que a levaram a entrar na luta em defesa dos moradores do Bairro Vinhais Velho.

Segundo a advogada Núbia Dutra, o governo estava oferecendo indenização irrisória de no máximo R\$ 29 mil para demolir as casas das famílias que residem no trajeto em que deve ser construída a Via Expressa, quando nas avaliações feitas pelo Crea-MA, o valor das casas ultrapassam os R\$ 280 mil.

Núbia Dutra alerta para a ilegalidade do processo de ocupação da área. “O certo de uma obra do Estado em uma área da União seria que a União tivesse doado essa área para o Estado e o Estado baixasse um decreto para dar concessão às construtoras. Nós não sabemos se houve a doação da União para o Estado, porque o certo seria em todo processo de desapropriação

contra a comunidade é ter anexo todo o projeto. Não tem projeto, não tem decreto, não tem estudo de impacto ambiental, não existe nada no processo”, afirma a advogada.

Núbia explica que só se descobre que uma pessoa vai ser despejada quando ela é citada pelo juiz e não entende os critérios utilizados pelo estado.

Para impedir as demolições, os advogados ingressaram com Agravo de Instrumento no Tribunal de Justiça do Maranhão. Além da injustiça contra os atuais moradores, o Vinhais Velho é uma comunidade centenária que foi habitada por nossos antepassados e que necessita de estudos arqueológicos e antropológicos antes de ser destruída”, adverte.

Núbia Dutra tem sido alvo de especulações em blogues de que a defesa dos moradores do Vinhais Velho iria lhe render mais de R\$ 1 milhão de reais em honorários. Sobre o assunto ela diz não entender como render esse valor com avaliações de causas em de R\$ 24 mil ou R\$ 29 mil reais.

■ “Denúncias fantasiosas”

O deputado Raimundo Cutrim (DEM), em pronunciamento feito na sessão desta segunda-feira (6) da Assembleia, avaliou como “fantasiosas” e “totalmente sem nexos” as denúncias feitas pelo acusado Paulo Araújo Ferreira.

No mês passado, Paulo Ferreira afirmou à polícia ter sido contratado para matar a juíza Lucimary Castelo Branco (6º Juizado Especial Cível); a tabeliã Ana Carolina Brasil Campos Maciel, do cartório da cidade de São Mateus; e Ronaldo Torres, tabelião substituto do cartório do município de Maranhãozinho.

EDITORIAL

Falhas políticas

Sucumbiu à sua própria intentona eleitoreira a CPI dos convênios, arquitetada pelo deputado Roberto Rocha e descartada pela Justiça. Não se viabilizou a CPI da Propina que, na esteira da lei dos babaçuais, destinada a beneficiar empresários da construção civil, derrubou o deputado Stênio Rezende da liderança do Bloco Parlamentar pelo Maranhão e ungiu ao cargo seu delator, o deputado Carlos Alberto Milhomen.

O Ministério Público desistiu de investigar as denúncias em torno da lei dos babaçuais, mas atendendo a conveniências políticas de Roseana Sarney, chamou para si a missão da CPI dos convênios que em boa hora a juíza Anildes Cruz detonou.

A formação de novos blocos na Assembleia Legislativa segue lentamente em virtude de crises nos partidos políticos, principalmente o PDT que, perdendo seu líder maior, o ex-governador Jackson Lago, ficou sem comando ou com excesso de comandantes.

Eliziane Gama e Roberto Rocha deram sinais de que não sustentam suas candidaturas quando se dispuseram a concorrer como vices na chapa do petista Bira do Pindaré. E estes são os primeiros sinais de lucidez na oposição, apesar das dificuldades da "Resistência Petista" junto aos delegados do PT.

A "Via Expressa", que deveria turbinar a candidatura do deputado Max Barros, esta destronada pelo próprio senador José Sarney, também não servirá à candidatura de Washington Oliveira, tantos são os problemas que enfrenta na Justiça.

Flávio Dino continua com medo de ser candidato a prefeito, mas ninguém consegue desmembrar a eleição de 2012 da eleição de 2014. O prefeito João Castelo, que costuma lembrar que venceu 14 partidos na última eleição, parece que vai ter de enfrentar bem mais que isso em 2012.

O tabefe de Jerry Abrantes em Igor Lago pode mudar a história das eleições em São Luís. Ou pode apenas fazer com que se mexam nos túmulos os líderes Jackson Lago e Leonel Brizola.

O governo, por erros de conduta e perseguições descabidas, está na iminência de perder eleições nos principais colégios eleitorais do estado. Além do que nada fez em nenhuma dessas regiões que possa conquistar o eleitorado. Muitos prefeitos, aliás, vêm 2012 como a hora da vingança contra Roseana Sarney.

O secretário-chefe da Casa Civil, Luis Fernando Silva, desmente que tenha a intenção de se filiar no PT para disputar o governo do Estado em 2014 na improvável hipótese de Washington Oliveira vencer as eleições.

Com tantas falhas políticas o melhor é guardar todos os prognósticos e esperar pela decisão do eleitor, ou observar situações mais graves. Por exemplo, a duplicação da BR-135 e a reforma do Aeroporto Internacional Cunha Machado permanecem como exemplos crassos da inércia e falta de influência dos representantes federais do Maranhão – deputados e senadores – junto ao governo Dilma. Mas isso é assunto para depois das eleições.

Público-Privada

O desembargador Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, participou ontem, em São Paulo, de reunião com o presidente da corte paulista, desembargador Ivan Sartori, o vice-governador Afif Domingos e o consultor Saulo Rodrigues sobre o projeto de Parceria Público-Privada no Judiciário e também no executivo do mais importante estado da Federação.

600 presos de São Luís terão de ser transferidos para o interior

A transferência de 600 presos provisórios do Complexo Penitenciário de Pedrinhas para o interior do estado, até dezembro deste ano, é um dos compromissos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta, assinado ontem (6), na Secretaria de Justiça e

Administração Penitenciária (Sejap). A assinatura do TAC foi decidida após entendimento entre o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, e o coordenador nacional do Sistema Começar de Novo, desembargador Froz Sobrinho. **PÁGINA 13**

DIVULGAÇÃO



Sérgio Tamer conversa com representantes do Judiciário e do Ministério Público

TAC prevê a transferência de 600 presos de São Luís para o interior

A transferência de 600 presos provisórios do Complexo Penitenciário de Pedrinhas para o interior do estado, até dezembro deste ano, é um dos compromissos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado ontem (6), na Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

A assinatura do TAC foi decidida na semana passada, após entendimento entre o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, e o coordenador nacional do Sistema Começar de Novo e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça, desembargador Froz Sobrinho, que pediu uma solução urgente para o problema de superlotação e insalubridade em várias unidades prisionais.

Hoje, 62% dos presos no estado são provisórios, o que contribui para a superlotação das unidades prisionais em São Luís.

No ato de assinatura – que contou com a presença do juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções



Sérgio Tamer destaca a importância do TAC assinado ontem

Penais, Douglas Melo Martins, do defensor público Alberto Pessoa Bastos, e do promotor de Justiça, Marco Aurélio Ramos Fonseca – o secretário Sérgio Tamer anunciou que serão concluídas, ainda neste mês, três unidades prisionais nos municípios de Santa Inês, Davinópolis e Bacabal.

Outras quatro unidades serão entregues até dezembro de 2012, possibilitando a transferência do detento para a comarca onde o processo judicial se originou. O

objetivo é fazer com que o preso cumpra a sua pena perto da família, acabando com a superlotação de unidades prisionais na capital. “É o TAC que está ajustado à nossa política de regionalizar o sistema. Precisamos fazer com que o preso do interior cumpra sua pena no local de origem”, explicou Tamer.

Outra medida a ser adotada com a assinatura do TAC é a disponibilização – no prazo de 60 dias – de um estabelecimento

prisional na capital para pessoas submetidas às sanções previstas na Lei Maria da Penha. O Termo prevê também a melhoria nas instalações físicas, assistência médica, cadastro atualizado dos presos – provisórios ou sentenciados.

De acordo com juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais, Douglas Melo Martins, com o compromisso assumido pela Sejap de criar vagas no interior do estado para a transferência de 600 presos não há mais motivo para manter a liminar que determinou a interdição parcial do Centro de Detenção Provisória (CDP) e da Central de Custódia de Presos da Justiça de Pedrinhas (CCPJ) e a interdição total do Centro de Triagem Pedrinhas.

A Sejap se comprometeu também em promover reformas e criar sistema eletrônico para que as informações possam fluir normalmente. Os prazos para o cumprimento do TAC pela Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária variam de 30 dias a 12 meses.

Mutirão é realizado na 4ª Vara da Família em S. Luís

Um mutirão está sendo realizado, a partir desta segunda-feira (6) até a sexta-feira (10), na 4ª Vara da Família de São Luís, no Fórum Des. Sarney Costa. A juíza Andréa Perlmutter Lago, com ajuda dos servidores, pretende realizar 100 audiências durante a semana.

“Nosso objetivo é diminuir o volume de processo na Vara, que é bastante alto. Temos, atualmente, mais de 900 processos. E a média de distribuição mensal é de 100”, comenta a juíza Andréa Lago. Segundo ela, com as audiências do mutirão e as da movimentação normal, mensalmente, o número de processos já está baixando.

Desde que assumiu a Vara, em março de 2010, a juíza já conseguiu reduzir quase 50% do acervo, marca que ela quer alcançar nos próximos meses. “Eram 1.200 processos quando cheguei. Com o mutirão desta semana, chegaremos a 800 processos. Nossa meta é chegar a 600”, revela a juíza Andréa Lago. Os mutirões dos próximos meses já estão sendo planejados pelos servidores e pela magistrada.